

Economistas defendem ajuste fiscal

O pacote fiscal que está sendo preparado pelo governo é modesto demais para fazer frente às necessidades de recursos para cobrir déficits crônicos que não foram equacionados este ano. A opinião é do economista e deputado José Serra (PSDB-SP), que vislumbra um 1991 amargo: "O ano de 1990 será considerado esfuziante se comparado a 91". Entre outras mazelas, ele cita o problema dos estados e municípios. "Eles estão abandonando a política do *pires na mão* para adotar a da *bandeja na mão*", brinca Serra.

Ele lembra que prefeitos e governadores usufruíram de um fantástico aumento de transferência de recursos tributários, vindos do governo federal, aumentando desproporcionalmente seus gastos com folhas salariais. Agora, raciocina ele, governadores e prefeitos vêem cair rapidamente suas receitas com ICMS e outros impostos locais em consequência da recessão, o que vai trazê-los novamente às portas do Tesouro Nacional. "Quando se fala de ajuste, só se fala em governo federal. É importante incorporar, nessa tarefa, a responsabilidade dos governos estaduais", lembra.

Serra era um dos participantes do XVIII Encontro Nacional de Economia, promovido pela Anpec (Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia), que reuniu, na noite de quarta-feira, pesos pesados da economia, como o economista e professor da PUC, Edmar Bacha — mediador do debate —, os deputados César Maia (PDT-RJ) e José Serra (PSDB-SP), o ex-presidente do Banco Central no governo Figueiredo, Afonso Pastore, e o economista e deputado eleito pelo PT,

Aloíso Mercadante. O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, convidado, não compareceu.

Aliado das preocupantes previsões de Serra estava o deputado César Maia. Com base num relatório preparado pela equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello, Maia revelou que o governo terá de liberar, entre setembro e dezembro do próximo ano, o equivalente a 6,8% do PIB (Produto Interno Bruto) em recursos retidos pelo Plano Collor no Banco Central. Isso significaria, a preços de hoje, um total de aproximadamente Cr\$ 21,7 trilhões, capaz de provocar um impacto fortemente nocivo ao controle monetário pretendido pelo governo.

A perspectiva sombria traçada por Maia — de que 1991 terá "o pior resultado fiscal dos últimos 20 anos" — foi reforçada pela longa lista que o economista Edmar Bacha apresentou dos déficits crônicos que o governo cedo ou tarde terá de enfrentar. O governo terá de arcar com o pagamento de salários a funcionários públicos que ganham sem trabalhar, por estarem em disponibilidade; com os gastos da previdência social, muito superiores à receita arrecadada e com o rombo do SFH (Sistema Financeiro da Habitação), resultante da diferença entre a correção das prestações e os saldos dos mutuários, entre outras despesas, às quais se somam os gastos com a dívida pública interna e com a dívida externa, ainda não equacionada.

Coube a Serra e Pastore lembrarem que um ajuste fiscal sustentável é impossível sem uma reforma na Constituição, que hoje impede, por exemplo, a demissão de servidores

públicos com mais de cinco anos de emprego. Eles defendem também que é necessário transferir parte das responsabilidades do governo federal para estados e municípios, já que estes dois abocanham, atualmente, 44% do bolo das receitas tributárias, deixando grande parcela da responsabilidade pelos investimentos na área social debitados ao governo federal.

Entendimento — "No pacto, todos estão falando francês", disparou José Serra, lançando dúvidas sobre o sucesso de um entendimento neste momento. "O governo e a oposição, na verdade, estão muito distantes um do outro", constatou. Um pouco mais à esquerda, o economista e deputado federal eleito pelo PT (SP), Aloíso Mercadante, considerou inconcebível um entendimento sem que seja definida uma política de distribuição de renda como objetivo da política econômica. "Sem isso não há negociação".

Mesmo tendo propostas diferentes, os participantes do debate promovido pela Anpec apresentaram avaliações em comum sobre a crise econômica, como a de o problema é, sobretudo, político. "O governo Collor é um desastre em matéria de política", denunciou César Maia. Drástico, Maia diagnosticou: "Estamos indo muito mal. O país caminha, nos próximos meses, para um impasse dramático que nenhum de nós sabe onde irá terminar". O economista Edmar Bacha aproveitou para fazer um *mea culpa*: "Esses dez anos de crise causam a sensação de incompetência e de impotência dos economistas no enfrentamento do problemas econômicos do país", constatou.